



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Aos 9 dias do mês de julho de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.ºs 115 e 116/XII;
2. Apreciação e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 153/XII/2.ª (GOV), que Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro

Relator: Deputado Marcos Perestrello;

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PS para audição, com carácter de urgência, do Ministro da Defesa Nacional sobre o desenvolvimento e ponto da situação atual do procedimento aberto pela União Europeia contra Portugal sobre as "Ajudas de Estado " aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
4. Apreciação sobre a visita - Escola das Armas do Exército (Mafra);
5. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.ºs 115 e 116/XII;

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação as atas n.ºs 115 e 116/XII, relativas, respetivamente, às reuniões havidas nos dias 25 de junho e 2 de julho, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 153/XII/2.ª (GOV), que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro

Relator: Deputado Marcos Perestrello;

Usou da palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello para apresentar o parecer. Começando por fazer uma síntese das medidas previstas na proposta de lei em matéria de defesa nacional, manifestou preocupação pelo aumento indiferenciado do



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

tempo de permanência em todos os postos e pela opção tomada relativamente aos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, sem que seja apresentada a fundamentação para estas opções. Por outro lado, entendeu que as associações profissionais de militares devem ser ouvidas sobre o conteúdo da proposta de lei na parte aplicável aos militares, não resultando do exposto na mesma que já o tenham sido.

O Senhor Deputado João Soares (PS) cumprimentou o Senhor Deputado Marcos Perestrello, considerando tratar-se de um parecer muito interessante e bem elaborado. A Senhora Deputada Mariana Aiveca felicitou o autor do parecer, defendendo contudo que se deveria ir mais longe, pois o Governo não fundamenta o proposto e, no tocante aos estabelecimentos fabris, pretende criar um regime para logo o suspender, o que levanta sérias dúvidas quanto ao facto de a iniciativa estar em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembleia da República.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse concordar com a generalidade do parecer, considerando também que se deveria ir mais longe e que a proposta de lei não está em condições de subir a Plenário, essencialmente porque não está assegurada a audição das associações profissionais de militares numa matéria em que tal é obrigatório, considerando que essa audição não está abrangida pela discussão pública e que não fica colmatada pela que venha a ser feita em sede de especialidade.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) disse que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor quanto às conclusões do parecer.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) disse rever-se nas palavras do orador antecedente e acrescentou que, não obstante não concordasse com todo o conteúdo do parecer, considerava tratar-se do tipo de parecer que entende dever ser elaborado sobre as iniciativas em apreciação.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) agradeceu os cumprimentos e fez mais um conjunto de considerações, designadamente dando conta das razões por que considera que a iniciativa está em condições de ser apreciada na generalidade em Plenário: a audição das associações poderá ser feita em sede de especialidade, ou seja, tal não impede o decurso do processo legislativo e, quanto à questão do regime proposto para o pessoal dos estabelecimentos fabris, disse entender o constante da proposta de lei como o anúncio da intenção do Governo relativamente aos mesmos,



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

que poderá não se vir a concretizar; nesse sentido, esta será uma norma inútil, mas não impeditiva de que a proposta de lei siga os seus trâmites parlamentares.

Após solicitação do Senhor Deputado no sentido da autonomização da votação da conclusão 7, procedeu-se à votação.

Submetidas à votação, as conclusões 1 a 6 foram aprovadas por unanimidade e a conclusão 7 foi aprovada com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do PCP e do BE.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PS para audição, com carácter de urgência, do Ministro da Defesa Nacional sobre o desenvolvimento e ponto da situação atual do procedimento aberto pela União Europeia contra Portugal sobre as "Ajudas de Estado " aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;

Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Fão (PS) para apresentar o requerimento, dando conta de alguns antecedentes e das diligências efectuadas junto do Comissário Almunia sobre a questão das «ajudas de Estado» aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC). Referindo-se ao comunicado divulgado pelo Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, que considerou estar em contradição com as informações obtidas pelo PS nos contactos referidos, considerou ser urgente obter um esclarecimento do Senhor Ministro da Defesa o mais depressa possível.

Entretanto, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente João Rebelo.

Após intervenções dos Senhores Deputados Hélder Sousa Silva (PSD), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Marcos Perestrello (PS), o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE. Atendendo a que se encontrava agendada uma audição regimental para a semana seguinte, no dia 16 de julho, a Comissão deliberou que a mesma passasse a ter duas partes distintas: uma sobre a matéria do requerimento ora aprovado e outra sobre a política geral do ministério.

4. Apreciação sobre a visita - Escola das Armas do Exército (Mafra);

O Senhor Presidente em exercício fez um resumo da visita, que considerou ter tido muito interesse, tendo permitido conhecer os detalhes do projeto «Escola das Armas»



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

do Exército, que congregará em Mafra o ensino das várias Armas e que presentemente se encontra disperso pelo País. Deu conta de alguns pormenores do *briefing*, como o calendário de execução do projeto, as questões do financiamento e as reações que o mesmo tem recebido, designadamente por parte de militares e autarquias, e referiu-se ao restante programa da visita, que incluiu uma demonstração de treino de combate em área edificada e uma muito sentida homenagem aos mortos. Usou igualmente da palavra neste ponto da ordem do dia o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) para relevar a clareza do *briefing*, aventando a hipótese de ser necessário alargar o elenco das Armas, atendendo às atuais questões em matéria de segurança e defesa, a nível nacional e internacional.

5. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), referindo-se à informação recebida do Governo sobre a participação portuguesa na missão das Nações Unidas no Mali, considerou que este tipo de informação deveria ser disponibilizada aos Deputados mais rapidamente.

De seguida, a pedido do Grupo Parlamentar do PSD, atendendo à extensão dos documentos em causa e à necessidade de escrutinar duas delas até ao dia 23 de julho, foram redistribuídas as iniciativas europeias Com (2013) 408, 409 e 410, sendo a primeira distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, a segunda ao Grupo Parlamentar do CDS-PP e a terceira ao Grupo Parlamentar do PSD.

Seguidamente, o Senhor Presidente em exercício referiu-se à petição n.º 248/XII – *Em defesa da continuidade do Instituto de Odivelas como uma escola de excelência*, da qual foi relator e que aguarda o agendamento da respetiva apreciação em Plenário. Recordou as mensagens que muitos cidadãos têm feito chegar aos Deputados sobre a matéria e frisou a importância de o assunto poder ser discutido ainda antes da interrupção dos trabalhos parlamentares, dado estar em causa um despacho ministerial com efeitos já no próximo ano letivo. Após intervenções dos Senhores Deputados José Lello (PS), António Filipe (PCP) e Marcos Perestrello (PS), houve consenso dos presentes no sentido de a Comissão diligenciar junto da Senhora Presidente no sentido de se agilizar o referido agendamento.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2013.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Mónica Ferro
Jorge Fão
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mário Simões
Miranda Calha
Odete João
Pedro do Ó Ramos